

AUMENTO DE CONTÁGIO AMEAÇA SISTEMA DE SAÚDE

Médicos denunciam condições de trabalho e população enfrenta horas de fila para ser atendida



PARTIDO

Federação com PSB, interessa a quem?

pág.4

LUTA DE CLASSE

Em defesa do sistema e dos profissionais de saúde

pág.7

INTERNACIONAL

Chile, depois da vitória de Boric

pág.9

INTERNACIONAL

França: Mélechon, o candidato da ruptura

pág.11

Queremos estudar

Ensino presencial é o que garante qualidade e permanência

O ano inicia com o retorno de escolas e universidades pelo país. Estudantes têm se preocupado se ainda permanecerão no ensino remoto e o que os governos têm feito para assegurar condições seguras para as aulas presenciais. O ensino remoto, que se demonstrou excludente, ainda é defendido como única alternativa por setores dirigentes do movimento estudantil e sindical, mesmo após as ruas retomarem em 2021. Mas, a ideia do “fique em casa” já deixou de ser realidade para milhões de jovens que tentam sobreviver em meio à pandemia.

O resultado desse modelo foi a crescente evasão nas escolas e universidades. Segundo a ONG Todos

pela Educação, em 2020 aumentou 171% a evasão entre jovens de 9 a 14 anos. Nas universidades particulares, segundo o Instituto Semesp (instituições privadas), quase 3,5 milhões de estudantes evadiram e a taxa de inadimplência cresceu.

Governos devem garantir retorno seguro

Nesse contexto, onde os jovens em meio ao desemprego e ao vírus são empurrados a abrir mão do direito à educação, o governo Bolsonaro segue sua política criminosa de cortar orçamento, nomear interventores nas universidades e não apresenta qualquer política de retorno seguro. É o caso da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (UFRGS) que com interventor na reitoria tem retorno programado para fevereiro tendo como únicas “medidas de segurança” o passaporte vacinal, o distanciamento com 50% e, para piorar, o Restaurante Universitário não será aberto.

Segundo a militante da JR do PT Márcia Damke “quando os alunos cobraram resposta do Conselho de Graduação a resposta foi um formulário para envio de marmitas. Por conta disso, os alunos querem se mobilizar e estamos organizando reuniões amplas para defender a reabertura do RU e medidas de segurança na UFRGS como testagem”.

A diretoria da UNE até lançou em

outubro de 2021 uma plataforma de reivindicações com exigências justas como vacina, bolsas, dentre outras. Porém, o documento é mais um calhamaço de pautas sem prioridade e sem ação efetiva da diretoria na mobilização de base.

O tempo urge! Como dizem muitos jovens “queremos estudar”! A hora é de construir mobilizações como panfletagens nas escolas e universidades, reuniões e, onde possível, assembleias para cobrar a responsabilidade de governos, prefeituras e reitorias para garantir o direito ao ensino presencial com segurança e qualidade.

Victor

Após o 5º Congresso da Juventude do PT

JR do PT se dispõe ao combate pelos direitos dos jovens

Em dezembro de 2021 ocorreu a etapa nacional, com mais de 700 delegados eleitos nos estados. Realizado no modelo híbrido, predominou a falta de discussão política e a pequena participação efetiva dos delegados que não ultrapassaram 200 nas votações das emendas e da nova direção. O holofote foi a presença de Lula na abertura. Perdeu-se a chance de discutir a vida real da juventude do país que passou por fora do congresso.

A Juventude Revolução do PT

apresentou emendas aprovadas por consenso como a defesa da política de alianças do 7º congresso do PT (frente antiimperialista), a convocação de uma Assembleia Constituinte, a desmilitarização da PM, a autonomia da JPT, dentre outras. Foi a voto a que defendia “não à Federação”.

A questão da Federação em debate

Discussão ainda não resolvida, foi colocada em debate. Fruto de um atropelo da direção, o tema vem sendo pouco debatido. A JR do

PT levou a voto a emenda contra a Federação com PSB, que coloca uma camisa de força sobre o partido. Com o congresso dividido e votação apertada (43 contra x 66 a favor da Federação) indica que, na base, o tema ainda não está decidido.

De forma semelhante, há também resistência em relação ao nome de Alckmin (ex-PSDB) como vice de Lula. Numa boa, não rola né?! Alckmin foi contra a sugestão de Lula em revogar a reforma trabalhista. Nenhuma surpresa, até porque ele

apoiou a medida do golpista Temer que para a juventude foi devastadora, empurrando-a para trabalhos precarizados sem direitos. Na real, essa maldita reforma, como outras, têm que realmente serem revogadas. São pautas necessárias ao programa do PT nas eleições, assim como o direito ao ensino presencial, geração de emprego, passe livre etc. A JR do PT estará na linha de frente desse combate em 2022.

Jeffei

Chega de genocídio da juventude negra

Seguir o combate contra a violência policial e pela desmilitarização da PM

Em maio de 2021, a comunidade do Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro, vivenciou uma chacina promovida pela polícia civil, que deixou 28 mortos. Após quase oito meses da operação mais letal da história do estado, o Jacarezinho agora é uma das comunidades onde Cláudio Castro (PL) quer fazer uma nova experiência. O governador bolsonarista inicia o ano anunciando o “Cidade Integrada”, um novo projeto de ocupação de favelas envolvendo o Jacarezinho e outras comunidades próximas.

O projeto de Cláudio Castro pretende reformular a violenta experiência das UPPs - Unidade de Polícia Pacificadora. Com o início da operação, os moradores das comunidades denunciam invasão de casas pela polícia e paralisação de postos de vacinação contra a Covid em meio a uma nova onda de contaminação.



Marcha em São Paulo pelo fim do extermínio dos negros

“Cara de quem comete crimes”

Na primeira semana do ano, o jornal Diário do Nordeste divulgou a informação de que a fotografia do famoso ator americano, Michael B. Jordan, estaria entre as fotos de suspeitos de uma chacina. A foto de Michael B. Jordan, que estrelou o filme “Panteras Negras” constava no sistema de reconhecimento facial da Polícia Civil do Ceará. O reconhecimento fotográfico usa algoritmos para reconhecer criminosos. Sem

nenhuma política de proteção de dados, qualquer um que tenha “cara de quem comete crimes” pode acabar tendo uma fotografia sua indo parar nesse sistema. Segundo o portal “O Panóptico”, com bancos de dados lotados de rostos negros, 90% das prisões por reconhecimento facial em 2019 foram de pessoas negras.

3 em cada 4 chacinas são pelas mãos da polícia

Segundo o relatório Fogo Cruzado, três em cada quatro chacinas na região metropolitana do Rio de Janeiro em 2021 foram decorrentes de ações ou operações policiais. 17 crianças e 43 adolescentes foram baleados. Outro relatório divulgado pela Rede de Observatórios da Segurança também divulgou o percentual de negros mortos pela polícia nos últimos anos: 98% dos mortos na Bahia são negros. O estado

governado por Rui Costa do PT mantém a polícia mais letal do país. 87% são negros no Ceará, 97% em Pernambuco e 91% no Piauí. Todas as pessoas mortas pela polícia em Salvador, Recife e Fortaleza eram negras!

Grande parte das vítimas da violência policial são jovens. O povo negro não aguenta mais morrer. A Juventude Revolução do PT, que ao lado de outros jovens petistas questionou Rui Costa sobre a chacina no bairro do Nordeste de Amaralina, em Salvador, segue em 2022 seu combate para ajudar a organizar a luta contra a violência policial e pela desmilitarização Polícia Militar. Em 2022, o PT precisa ajudar o povo a se livrar da violência e da repressão. O governo Bolsonaro mergulha o país em sofrimento. A maioria negra é a mais atingida pela fome, pelo desemprego e pela violência.

Kris

Abre-se um novo ano de lutas e desafios

Este ano de 2022 se anuncia decisivo para o futuro da nação brasileira, que segue buscando a sua verdadeira independência 200 anos depois do "Grito do Ipiranga", como registra o Calendário da Corrente O Trabalho do PT.

O ano se inicia com a retomada de lutas, como a mobilização médica em São Paulo, que teve o seu direito de greve negado pela Justiça. Mas que continua, pois os trabalhadores da saúde, exaustos e desprovidos das condições mínimas para atender a população - com a alta de contágios provocada pela variante ômicron - não aceitarão serem esmagados os seus direitos e os do próprio povo, como de ter um atendimento eficaz. Da mesma forma que os demais servidores públicos, de todos os níveis, que com sua mobilização barraram a aprovação da PEC 32 em 2021 e agora iniciam a batalha por reajuste salarial, coisa que não conhecem desde 2017 (ver págs. 6 e 7). Também os trabalhadores da Eletrobrás, em greve, se levantam contra a privatização dessa estatal. Com a carestia e alta da inflação, a questão salarial se coloca para todas as categorias e setores nas próximas semanas e meses.

É claro, 2022 é também um ano eleitoral. Ainda que faltem nove meses para as eleições, desde já Lula é favorito em todas as pesquisas. O desastre em todos os aspectos que é

o governo Bolsonaro e a fragilidade de uma "3ª via" composta por gente que o apoiou, como Moro e outros, faz o PT recuperar seu prestígio junto a amplos setores populares. Por isso mesmo, a elite quer introduzir os seus "cavalos de Tróia", como a federação com o PSB e Alckmin na campanha de Lula (ver pág. 4).

Quais medidas para reconstruir a nação?

A questão central que se coloca é: diante de um país destruído pela aventura bolsonarista,

PARA RECONSTRUIR A NAÇÃO, QUE MEDIDAS UM GOVERNO LULA DEVERIA TOMAR?

quais são as medidas necessárias que um governo Lula deve tomar para atender as urgentes necessidades e reivindicações do povo?

Um programa de reconstrução da nação exige a revogação das medidas tomadas desde o golpe contra Dilma, contra o povo trabalhador e a soberania nacional, tais como a reforma trabalhista de Temer e a previdenciária de Bolsonaro. Exige reverter

as privatizações, garantir empregos e salários decentes, recuperar os serviços públicos destruídos.

É sobre a base de tal programa que se deveria buscar aliados para implementá-lo, e não o inverso. Ou seja, não um programa rebaixado para atrair o "centro" ou baseado em "consensos" negociados com aqueles que promoveram a política que levou à situação atual de desemprego em massa, destruição e flexibilização de direitos, aumento da miséria e da fome, violência cotidiana contra a maioria negra do povo nas periferias e favelas.

Reconstruir a nação, num cenário mundial de crise aguda do sistema capitalista, implica romper com o imperialismo e sua política de pilhagem dos povos e destruição da soberania das nações. Implica também reconstruir instituições políticas apodrecidas, como são as do Brasil, abrindo a perspectiva de uma Constituinte soberana. Discussão essa em curso nos núcleos de base do DAP e que se desdobrará num debate presencial em São Paulo em 12 de fevereiro.

Sim, temos um ano de lutas pela frente, mas também de desafios e obstáculos a superar. É no terreno da luta de classes que poderemos ajudar o nosso povo a livrar-se do governo Bolsonaro, o quanto antes melhor, e abrir a via para um governo que atenda os seus interesses vitais.

NOTAS

Êxodo brasileiro

Mais de 4 milhões de brasileiros viviam fora do Brasil no final de 2020, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores. Isso corresponde a 2% da população do país. Em 2012 eram 1.898.762. A situação trágica que vive o país com desemprego recorde, esmagamento das condições de vida e falta de perspectiva de futuro - em particular entre os jovens - são causas diretas dessa situação.

A Fundação Getúlio Vargas revelou no segundo semestre do ano passado que 47% dos jovens entre 15 e 29 anos afirmam que gostariam de deixar o Brasil, se pudessem. Em 2010 eram 26,7% e em 2014, 20,1%.

Mais ricos ganharam 1 trilhão em 2021

1 trilhão de dólares é a soma do que ganharam as 500 pessoas mais ricas do mundo em 2021.

É difícil até de imaginar o montante, com isso o patrimônio líquido delas alcançou o valor de US\$ 8,4 trilhões. Superando o conjunto da riqueza produzida individualmente em qualquer país do mundo no período, excluindo China e Estados Unidos.

Uma única pessoa, Elon Musk, dono da fábrica de equipamentos

aeroespaciais SpaceX, ganhou 114 bilhões de dólares.

No mesmo planeta em que Musk vive estima-se que 811 milhões de pessoas passaram fome em 2020, um acréscimo de 161 milhões comparado com o período anterior à pandemia.

Reajustes salariais perdem para inflação em 2021

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 48,8% dos acordos salariais ficaram abaixo da inflação em 2021. Só 16,5% dos reajustes salariais conseguiram superar a inflação entre janeiro e novembro do ano passado. 34,7% conseguiram repor a inflação.

Gasolina chega a 61% de aumento em 1 ano

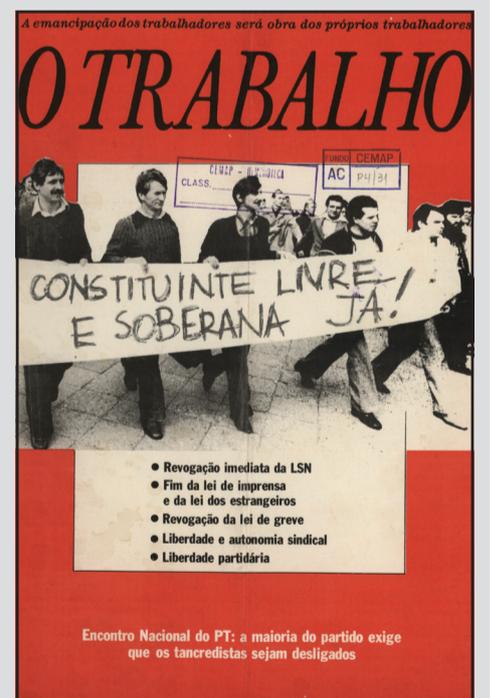
Segundo dados da Petrobrás, em 18 de janeiro de 2021 a gasolina era vendida nas refinarias (para as distribuidoras de combustível) ao preço de R\$ 1,98. Quase um ano depois, a Petrobras vende a mesma gasolina por R\$ 3,24 na refinaria. Neste início de ano, novo aumento da gasolina e do diesel são anunciados. O reajuste do preço da gasolina nas refinarias já acumula uma alta de 61% em 1 ano.

Memória

CONTRA A CONCILIAÇÃO, CONSTITUINTE SOBERANA

No dia 15 de janeiro, (...) algumas poucas centenas de pessoas, com a ausência de um único partido, o PT, indicaram Tancredo Neves como novo presidente da República. Apoiado de forma quase unânime pelo patronato nacional e imperialista, Tancredo foi festejado por toda a grande imprensa, acompanhada pelos partidos stalinistas (...). Assim, a Constituição deles, a outorga de poderes constituintes ao Congresso Nacional a ser eleito em novembro de 1986, só poderia ser o prolongamento da conciliação com as instituições atuais (...). É fundamental que os setores populares, frente a isto, se posicionem pela Constituinte Soberana, contra este arremedo de Constituinte tramado pela Aliança Democrática.

O Trabalho 241 - 25/1/1985



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Parece que vai dar PT

Partido retoma o seu melhor índice de preferência nas pesquisas

O PT é o partido preferido de 28% dos brasileiros, o melhor resultado desde 2013 no Datafolha (30 de dezembro).

O PT é o preferido desde 1999. Mas entre março de 2015 e dezembro de 2016 – da dramática frustração popular no segundo mandato de Dilma, e com a campanha da direita até o golpe do impeachment – o PT amargou um piso de preferência de 9%.



Mas apesar da perseguição judicial e da prisão de Lula em 2018, o PT veio se recuperando, ainda mais depois da soltura de Lula no final de 2019, no rumo do recorde de 31% em abril de 2012.

Ao longo do período o Congresso Nacional, o Judiciário e as Forças Armadas, perderam confiança em proporções diferentes, segundo as pesquisas. E veio caindo a participação eleitoral, até o recorde de votos nulos,

brancos e abstenções nas eleições municipais de 2020.

No último Datafolha agora, o PSDB e MDB aparecem empatados, ambos com 2% cada. Não quer dizer que o eleitor não reconheça algum político local, mas não liga a partido nacional. Tanto que esses acima estão empatados dentro da margem de erro de 2%, como PDT e PSOL tendo 1% cada um.

Mas PSB, PCdoB e a direita em geral não chegaram a pontuar! Então, quem precisa de federação?

Markus Sokol

Federação com o PSB, para que mesmo?

O PT precisa de uma frente anti-imperialista

Todo dia a grande imprensa publica algo das federações em gestação desde que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luis Roberto Barroso, assumiu a urgência em consultas às cúpulas dos partidos para “regulamentar” a lei, uma minirreforma política sem consulta ao povo (ver OT 894).

A lei foi judicializada e, a pedido do ministro Gilmar Mendes, o julgamento virtual foi suspenso e remetido ao pleno do Supremo Tribunal Federal (STF, acima do TSE), em fevereiro. Aí pode começar a girar o relógio do pleno do TSE – sob a nova presidência do ministro Fachin – para aceitar pedidos de federação até 1º de março, e carimbá-los ou não até 2 de abril. Alguns partidos pediram outra vez para adiar.

A imprensa quer crer que a federação é uma marca destas eleições. Político gosta de holofote, várias lideranças “debatem” – viável ou não – certas que estão abafando.

O PT, por maioria do seu Diretório Nacional, autorizou a presidente Gleisi a discutir a proposta de federação que lhe foi feita, e ao PCdoB e outros menores, pelo PSB. Nenhum deles pontua no Datafolha. O Psol só cogita federar com a Rede, e o PDT não está nessa.

Camisa-de-força

A federação não é uma coligação, é uma nova “agremiação partidária” nos termos da lei 14.208 de 28 de setembro. Coligações majoritárias e frentes continuam legais. Partido pode coligar com federação. Mas federação, que é opcional, é obrigatório por no mínimo 4 anos, com estatuto, plataforma e direção. A penalidade por sair antes, é perder o Fundo Eleitoral e ser impedido de coligar por duas eleições!

É uma camisa-de-força autoritária na liberdade partidária constitucional, com um poder superlativo ao Judiciário.

No caso do PT, seria casar com o PSB de “centro-esquerda”, dominado pelo seu centro, de quem o PT divergiu frequentemente, do impeachment às contrarreformas, com quem não tem afinidade em vários estados (MG, RS, ES, PR, AL e SP), onde até se pega nas Assembleias e Câmaras. Embora o PT tenha acordos com setores de “esquerda” minoritários do PSB nos estados e na Câmara.

Pôr o PT na roda, para a opinião pública, reforça a “geleia geral” da política brasileira. Nestes prazos, é uma aventura. Quem precisa dela?

Alagoas sai na frente

Neste dia 17, “PT, PV e PCdoB fazem a primeira reunião da Federação em AL: “vamos convidar o PSB”, disse deputado estadual Camelo (PV).

O PT é oposição ao prefeito de Maceió de conhecida família oligárquica, dono do PSB. O PCdoB é “normal”, mas com mandato de quem o PT-AL se meteu nisso?

A verdade é sempre revolucionária

A federação não seria “de esquerda”, com França (SP) – vice que continuou Alckmin governador -, Delgado (MG) – relator da cassação de Zé Dirceu - e Albuquerque (RS) – que não para de atacar o PT -, os donos do PSB nesses importantes estados, que não são de esquerda nem “progressistas”.

Não é verdade que a federação egeria 180 deputados. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) calcula que “com a proposta de federação negociada por PT, PSB, PCdoB, PV, Psol e Rede,

juntos, esses partidos poderiam eleger 15 deputados a mais do que elegeriam se disputassem separados, graças ao sistema de distribuição das sobras eleitorais. A federação deve ser mais vantajosa para partidos pequenos e médios, como PCdoB e PSB” (Valor 29/12/2021).

Os seis partidos passariam de 105 deputados para 120 sobre 513. O PT – assim esperamos! - dos 53 atuais para uns 90 deputados. É que as regras eleitorais são antidemocráticas no Brasil, o parlamento é pouco representativo mesmo com voto obrigatório. Se necessita uma reforma profunda, mas com consulta ao povo.

Para isso é necessária uma

Constituinte Soberana, com o advento do novo governo encabeçado por Lula, pela eleição específica de uma assembleia unicameral (sem Senado), proporcional (1 eleitor 1 voto), com voto em lista pré-ordenada (cada partido decide a sua cara) e financiamento público exclusivo.

Não se trata de uma federação para recauchutar as instituições. Mas de lutar por uma frente pela reconstrução – revogar as reformas trabalhista e previdenciária, e recuperar o petróleo e o gás – e pela transformação – reforma agrária, reforma militar e do judiciário-, ou seja, antiimperialista. Ela concerne ao PT, Psol, PCdoB, a setores do PDT e PSB, e outros.

A discussão está aberta.

LULA “NÃO TEM PROBLEMA COM ALCKMIN ALIADO E VICE”

O ex-governador paulista 12 anos, Geraldo Alckmin (sem partido, há um mês saiu do PSDB), foi cogitado abertamente por Lula numa entrevista no último dia 19.

“Da minha parte não existe nenhum problema de fazer aliança com Alckmin e ter ele de vice. Nós vamos construir um programa”. E acrescentou “o ser humano, ele é mutante, ele vai se transformando”.

Até as convenções partidárias de julho muita água vai rolar, mas a discussão escancarou-se no PT.

Programa? Mutante?

Dias antes da entrevista, “o ex-governador Alckmin mostrou apreensão ao saber que a cúpula do PT pretende rever a reforma trabalhista. Paulinho da Força afirmou que as centrais sindicais não planejam desfazer a reforma inteira” (OESP 11/1). “Alckmin concorda com a ideia defendida pelo Solidariedade de que ela precisa de ajustes pontuais” (Metrópoles 10/1). Alckmin não desmentiu a imprensa, nesta que é a ponta do iceberg.

Alckmin “mutante”, aonde?

Dentro ou fora do PSDB, até prova em contrário, ele é o golpista, homem da Opus Dei (direita da igreja), e seu programa é o “mercado”.

Os professores tem memória do arrocho, como os jovens tem da invasão dos longos fuzis das PMS nas escolas, lembramos do massacre do Pinheirinho e todos lembrarão das privatizações e do “trensão”.

Como se sabe no PT, este jornal tem mais problema com Alckmin vice do que tinha com o industrial José Alencar em 2002 – somos contra.



DEBATE NACIONAL SOBRE A CONSTITUINTE

Em 12 de fevereiro DAP discute como superar as atuais instituições cada vez mais apodrecidas

Diálogo e Ação Petista 12 de fevereiro, um debate nacional presencial sobre a crise das instituições e a Assembleia Constituinte Soberana. O debate será em São Paulo e o local, ainda a ser decidido, terá todas as condições de segurança sanitária.

Inicialmente, o debate estava previsto para 9 de fevereiro, véspera das comemorações do 42º aniversário do PT. No entanto, as comemorações ocorrerão de forma virtual e a Secretaria do DAP, em reunião no dia 17 de janeiro, considerou que dia 12, um sábado, seria mais conveniente.

A discussão sobre a Constituinte Soberana ganha força a cada dia, à medida que as atuais instituições deixam cada vez mais claro seu apodrecimento. A maior prova disso é a permanência do governo Bolsonaro,



Em São Paulo, 11 de dezembro, o DAP da capital paulista organizou debate sobre a Constituinte

tolerado pelo Congresso e pelo STF apesar de todos os seus crimes.

A proposta de uma Constituinte, aprovada nos dois últimos congressos nacionais do partido, faz parte do programa do PT. É uma bandeira histórica do partido, na perspectiva de reconstrução da Nação conforme as necessidades reais da grande maioria da população. Construído na luta contra a ditadura militar, o PT levantou esta perspectiva como saída para a nação e para atender as demandas

históricas do povo brasileiro. É necessário ter claro: com este Congresso, eleito com as atuais regras herdadas da ditadura militar, e com este judiciário, fiador do golpe de 2016, será impossível aprovar as reformas de interesse do povo trabalhador.

Numa situação em que a possibilidade de retomada de um governo do PT, como indicam as pesquisas que mostram a preferência por Lula, e na qual o partido discute rever e revogar todos os ataques que vieram após o golpe (reforma trabalhista, teto dos gastos, etc), além de avançar em novas conquistas, uma questão central se coloca: quem o fará? Não será um Congresso eleito sob regras que deformam a representação do povo e dominado pelas oligarquias. Daí a atualidade e necessidade da discussão. O PT, de volta ao governo, só

poderá realizar as tarefas que dele se espera devolvendo a palavra ao povo para que este, soberanamente, decida sobre os rumos do país.

Retomar os debates nos grupos de base

O debate nacional que está chamado para 12 de fevereiro deverá impulsionar a realização de novas reuniões sobre o tema pelos grupos de base neste início de ano. Retomando assim as discussões que já foram organizadas nos últimos meses de 2021 e que tiveram por base o caderno "A palavra ao povo", publicado pelo Comitê Nacional do DAP. É uma discussão necessária para fazer junto aos militantes petistas e dos movimentos sociais, inclusive neste momento em que se aproxima a campanha eleitoral.

Acompanhem a preparação da atividade de 12 de fevereiro no site do DAP www.petista.org.br

CAMPANHA: NÃO À FEDERAÇÃO COM O PSB!

As discussões das direções do APT, PSB e PCdoB com vistas à formação desta federação partidária caminham, neste início de ano, aos trancos e barrancos. Numa demonstração das dificuldades de se chegar a um acordo político-programático, as discussões têm priorizado outros temas.

Assim, enquanto o PCdoB está preocupado em dotar a federação de um estatuto que restrinja o protagonismo do PT, o PSB faz exigências de ter candidatos a governador em vários estados. O que teria como resultado o PT abrir mão, por exemplo, da candidatura Haddad em São Paulo.

Na base do partido, entretanto, reina a incerteza. Sem terem sido consultados, sem debates sobre o assunto (uma decisão como esta só poderia ter sido adotada por um congresso do partido), os militantes veem com apreensão a possibilidade do PT embarcar nessa canoa rumo ao desconhecido.

O DAP, desde o início, posicionou-se contra a federação com o PSB. E seguimos em campanha: é possível impedir que o PT entre nessa federação com o PSB!

SOLIDARIEDADE A DILMA

No dia 31 de dezembro, o Comitê Nacional do DAP, em nota oficial, repudiou as declarações do vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, atacando de forma injustificada a ex-presidente e companheira

Dilma Rousseff. Quaquá disse que Dilma era "eleitoralmente irrelevante" e chegou a atribuir-lhe a culpa pelo golpe de 2016.

"Grosseiras, deturpadoras da história e politicamente nefastas", diz a

nota do DAP sobre as afirmações de Quaquá. A nota termina manifestando solidariedade a Dilma.

Leia a íntegra da nota do DAP em: www.petista.org.br

REUNIÃO NO CONGRESSO DA CNTE

Por ocasião do 34º Congresso da CNTE (13 a 15 de janeiro), o Diálogo e Ação Petista promoveu na manhã do dia 13 uma reunião de apresentação, com a presença de 32 delegadas e delegados petistas de diversos estados.

O Congresso, realizado de forma virtual, reuniu 900 delegadas e delegados de cerca de 45 sindicatos de trabalhadores da rede pública de ensino de todo o país,

A reunião do DAP foi aberta por Julio Turra, membro do Comitê Nacional do DAP, que tratou da funesta proposta de federação do PT com o PSB, da eventual presença do ex-tucano Alckmin numa chapa como vice de Lula e da perspectiva política de uma Constituinte soberana diante do apodrecimento das instituições políticas brasileiras, aprofundado desde o golpe contra Dilma e a posterior eleição de Bolsonaro.

No rico debate que se abriu,

destacou-se a presença e intervenção de Heleno Araújo, reeleito no Congresso como presidente da CNTE. Ele reforçou a necessidade da revogação, por um governo Lula, de todos os retrocessos e ataques sofridos pela classe trabalhadora e pela educação pública no último período, com a reversão das privatizações e da reforma trabalhista de Temer, por exemplo.

Outros companheiros e companheiras reforçaram a necessidade da CNTE contribuir com uma plataforma da CUT dirigida à candidatura Lula, única capaz de abrir caminho para um governo que atenda às aspirações do povo trabalhador, elencando as suas principais reivindicações.

A maioria dos presentes, foi favorável às posições do DAP de combater a federação com o PSB – que



ameaça diluir o PT, hoje a principal referência para por um fim ao governo Bolsonaro – e de dizer não a Alckmin como vice de Lula, um verdadeiro "cavalo de Troia" da elite que apoiou o golpe contra Dilma, a prisão de Lula e a política de privatizações

e ataques aos direitos de Bolsonaro. A necessidade de uma Constituinte, uma vez Lula eleito, para o processo de reconstrução da nação, também foi bem recebida pelos participantes.

O Congresso da CNTE adotou a luta pela revogação da reforma trabalhista de Temer por unanimidade, o combate pelo fim do governo Bolsonaro como eixo para o período e a realização de um dia nacional de luta, por aumento salarial de acordo com a Lei do Piso (33/23% de reajuste), dentre outras resoluções.

Nelson Calvão

Louvor ao “modelito” espanhol?

Centrais falam em “rever pontos da reforma trabalhista”

Em 6 de janeiro, em meio às repercussões da fala de Lula sugerindo revogar a reforma trabalhista, citando a Espanha (ver artigo “Sim, Lula deve revogar a reforma trabalhista de Temer!” em: otrabalho.org.br), uma nota de seis centrais sindicais – CUT, Força, UGT, CSB, CTB e Nova Central – quase passou despercebida.

A CUT ainda estava em recesso (até 19/1), mas seu presidente, Sérgio Nobre, encabeça a nota que saúda “com louvor os novos ventos que sopram da Espanha no mundo do trabalho”, em referência ao acordo

tripartite articulado pelo governo Pedro Sánchez (PSOE) com as duas maiores centrais (CCOO e UGT) e entidades empresariais, “para reformular estruturalmente as regras laborais e de relações de trabalho naquele país”.

Ora, não houve “reformulação estrutural” alguma e o acordo tripartite transformado em projeto de lei provoca divergências com as demais centrais sindicais e no interior de CCOO e UGT na própria Espanha (ver pág. 9).

A nota também omite o fato de que

o compromisso assumido por PSOE e Podemos nas eleições de 2019 era o de revogar a reforma do governo Rajoy (direita) de 2012. A própria ministra do Trabalho, Yolanda Díaz, afirma que se trata de uma nova lei e não de revogação da reforma anterior (OESP, 16/01).

A nota das seis centrais conclui dizendo que o acordo espanhol é um estímulo para “reabirmos esse debate também no Brasil”. Mas não propõe revogar a reforma de Temer, apenas que “temos o direito de exigir que o diálogo prevaleça para

formular as necessárias mudanças”, com “a esperança de que por aqui também possamos rever pontos de uma reforma que foi imposta sem um debate social e com um deliberado viés pró capital e antissindical”.

Assim, esses dirigentes “exigem” sentar-se numa mesa de “diálogo social tripartite” com os patrões, e não o combate para revogar a reforma de Temer a partir da luta de classe. De toda a forma, o debate já está aberto e é bem vindo num ano eleitoral. Voltaremos ao assunto.

Julio Turra

Servidores lutam por reposição das perdas salariais

Mobilização exige negociação já e pode resultar em greve

Dia 18 de janeiro, servidores federais do executivo, legislativo e judiciário realizaram atos em frente ao Banco Central e ao Ministério da Economia iniciando campanha unificada pela reposição emergencial linear das perdas salariais.

O movimento parte da vitoriosa luta unificada das três esferas que, em 2021, barrou a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32), da reforma administrativa.

Os servidores do país estão com os salários congelados há anos e, como todos os demais trabalhadores, sofrem com o arrocho e a inflação. Somente nos três anos de Bolsonaro as perdas acumuladas chegam a 19,99 %, índice apresentado pelos servidores federais ao Ministério da Economia, exigindo negociação.

Nos atos, os oradores destacaram o fato de o governo reservar recursos no orçamento de 2022 somente para as polícias federal, rodoviária e

penitenciária. Também foram lembrados os 20 bilhões do orçamento secreto (das emendas parlamentares para atender aos interesses da base do governo) como fonte para conceder a reposição emergencial linear.

Congelamento? Não há clima para reposição?

Enquanto os atos aconteciam, o vice de Bolsonaro, Hamilton Mourão, defendeu reajuste zero, afirmando que “não há espaço no orçamento”. Questionou até mesmo a promessa feita por Bolsonaro aos policiais.

Por outro lado, interlocutores do Supremo Tribunal Federal (STF) externaram “preocupação dos ministros com o impacto que o reajuste causaria nos cofres públicos”, emendando que “não há clima” para a reposição. Dizem isto bem confortáveis com os altos salários e benesses que são garantidas à cúpula do



Servidores fazem ato no DF por reajustes

Judiciário.

Enquanto crescem os recursos de emendas parlamentares, o intocável pagamento dos juros da dívida e os bancos empilham resultados financeiros extraordinários a cada trimestre, são os salários do funcionalismo que geram preocupação das instituições!

Entidades constroem calendário

Depois do dia 18, as entidades

nacionais dos servidores - em particular as entidades cutistas dos três níveis - prosseguem na construção de um calendário unificado de mobilização, reativando as estruturas da vitoriosa campanha pela derrota da PEC 32. O movimento pode desembocar numa greve geral do funcionalismo. Em função do ano eleitoral, tudo deve ser decidido até abril.

Marcelo Carlini

Greve na Eletrobrás por tempo indeterminado

É a privatização: aumento nos planos de saúde, coação e assédio

Os eletricitários da Eletrobrás decidiram entrar em greve por tempo indeterminado dia 17/1 em defesa de seu plano de saúde. No dia da deflagração da greve, pelo menos 17 bases da Eletrobrás em 6 estados (RJ, SP, MG, DF, ES e GO), amanheceram com faixas em apoio à greve e convocando a categoria para a luta. O movimento terá o desafio de grande parte da categoria ainda estar em teletrabalho.

A direção da empresa quer elevar os valores dos planos a preços abusivos em plena pandemia, com inflação em alta e salários em baixa. Quer criar novas regras, inclusive colocar

parte dos custos de internações por Covid no bolso do trabalhador! Eles também protestam contra a coação e assédio que vêm sofrendo em Furnas.

No Boletim Intersindicais Furnas a categoria denuncia que “parece que Furnas virou o laboratório do medo e da coação. Não existe uma greve que não seja precedida de terrorismo direto nos emails. E com o teletrabalho isso só se agravou. Diretores [...] passaram a dar ordem aos superintendentes e gerentes para estabelecerem o caos, a insegurança e o medo nos grupos de Whatsapp dos departamentos, com ameaças e intimidações aos movimentos grevistas

ou a qualquer resistência”.

Em nota, a Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEL) afirma que “é chegada a hora da mobilização em defesa do país, da soberania, da defesa dos empregos e dos direitos”, pois diretores estão “sedentos por acelerar a privatização da empresa, para agradar aos seus chefes Guedes e Bolsonaro, que exigem rapidez na operação [...]”. Para Guedes e Bolsonaro, assim como para a direção da Eletrobrás, vale tudo para agradar o mercado financeiro! A AEEL (Associação dos empregados da Eletrobrás) diz que “a paciência dos trabalhadores chegou ao limite

com a iniciativa dos diretores da Eletrobrás, principalmente do senhor Luiz Augusto Figueira, de alterar o plano de saúde em plena pandemia, como se já não bastasse a inflação de mais de 17% (IGP-M) e 10% (IPCA) que corrói o poder de compra e a qualidade de vida” (site da CUT).

Esta situação faz parte do processo de privatização e desmantelamento da empresa, para culminar com demissões e o prosseguimento do aumento das tarifas para o povo, enchendo os bolsos dos acionistas privados.

Tiago Maciel

Justiça proíbe greve médica em São Paulo

Prevista para 19/1, ela foi adiada em assembleia da categoria

Na véspera da paralisação dos médicos e médicas da Atenção Primária na cidade de São Paulo, uma decisão judicial considerou a greve ilegal, com multa de R\$ 600 mil diários caso fosse realizada em 19 de janeiro, como havia decidido assembleia da categoria.

A direção do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) convocou de forma urgente assembleia para a noite do dia 18, na qual mais de 200 participantes decidiram adiar a greve, ao mesmo tempo que condenaram a flagrante violação do direito de greve por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo, que convocou audiência de conciliação. Ouvimos Juliana Salles, secretária geral do Simesp e diretora executiva da CUT-SP sobre a mobilização em curso e as razões que levaram à decisão de paralisação.

• O Trabalho: Qual é a situação da saúde em São Paulo?

Juliana Salles: As Unidades Básicas de Saúde (UBS) já vinham desfalcadas e agora com a chegada da variante ômicron, há muitos sintomáticos leves e as UBS se tornaram um pronto atendimento. O que não é sua característica, pois elas

devem enxergar o paciente a longo prazo, para garantir a prevenção e promoção da saúde, para além do tratamento de doenças. Quando somos deslocados para a agenda “espontânea”, que é a síndrome respiratória, deixamos de atender as consultas agendadas, as grávidas que tem o pré-natal, os hipertensos, o que vai gerar dificuldades na qualidade de saúde dessas pessoas a longo prazo. O que deveria ser feito é contratar mais profissionais para esse atendimento ampliado.

• OT: Por que se decidiu pela paralisação?

JS: Desde 2021 a sobrecarga é pesada. Após pressão das OSs (organizações privadas que assumem serviços públicos) para impor quatro consultas por hora e trabalho nos fim de semana, o Simesp pediu reunião com o sindicato patronal que as representa para discutir a redução do número de consultas e negociar o dissídio coletivo. No final do ano a prefeitura convocou para trabalhar um pessoal exausto, sem garantia



de férias, no período de Natal e ano novo sem pagar as horas extras. A partir daí, mais de 150 médicas e médicos reuniram-se em assembleia em 6 de janeiro e, diante da falta de resposta às reivindicações, decidiu-se convocar a paralisação.

• OT: E o papel da prefeitura nisso tudo?

JS: A mesa técnica que existia com a prefeitura teve fim, logo não havia negociação com o prefeito, que é quem contrata as OSs. Diante do aumento da mobilização, o governo chamou reunião com o Simesp no dia 17, na qual o secretário da saúde anunciou a contratação de 700 profissionais, abertura das UBS e AMAs,

por período prolongado, com o pagamento de 50% das horas extras de 2021, com os outros 50% pagos apenas no 3º trimestre do ano. E governo ainda propõe o trabalho em unidades básicas por plantões, pejetizados, e não contratar o profissional. A categoria entendeu isso como não negociação, pois na prática é um aumento da jornada de trabalho.

• OT: Quais os próximos passos nessa luta?

JS: Primeiro denunciar que o direito de greve está em risco, como faz a nota do Simesp publicada no site da CUT-SP. De nossa parte, contando com a unidade das outras entidades do funcionalismo, estamos visitando as unidades para mobilizar contra a falta de medicamentos e estrutura de atendimento, pela contratação de mais pessoal para a Saúde. Um novo ato conjunto vai ocorrer em 28 de janeiro, quando avaliaremos as condições de retomar medidas de paralisação, caso nada seja resolvido.

Contra a entrega de hospital para OS em Juiz de Fora

Trabalhadores e moradores se unem na cidade mineira

Na manhã de 13 de janeiro, cerca de 250 pessoas realizaram uma manifestação no Hospital Regional João Penido, em Juiz de Fora (MG).

Nela estavam trabalhadores hospitalares, representantes de usuários e moradores, sindicalistas, parlamentares e partidos para denunciar o processo conduzido pelo governador Romeu Zema (Novo) de entrega dessa e outras unidades públicas da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) para gestão privada, através de Organizações Sociais (OS).

O João Penido é um hospital fundamental para a região, realizando por mês 400 internações, 150 cirurgias, 2 mil consultas ambulatoriais, 700 consultas na maternidade, 110

partos em média e cerca 15 mil exames. Ele atende pacientes de 94 cidades, com seus cerca de 800 trabalhadores concursados, além de outras dezenas de contratados temporariamente. A manifestação do dia 13 deu início à campanha organizada por um Comitê amplo de defesa do hospital público.

“Unidos para os próximos passos”

Lenir Romani, diretora do Sind-Saúde, faz um balanço positivo da atividade: “Os funcionários agora têm certeza que nós temos defensores leais à nossa categoria”. A técnica de enfermagem do hospital, Jaqueline Souza, explicou o sentimento dos servidores, depois de dois anos de luta contra a Covid-19: “Nos

sentimos ameaçados e traídos com essa proposta do Zema. Fomos pegos de surpresa, em pleno dezembro, mas agora estamos unidos para os próximos passos”.

Se a entrega for concretizada pelo governo Zema, os servidores serão transferidos para outras cidades ou passarão a trabalhar submetidos à gestão privada. Samantha Borchear, Ouvidora Municipal de Saúde, resumiu a posição dos manifestantes: “Nós queremos a porta aberta com o servidor público e com o serviço público, com equipamentos públicos, porque não tem ninguém mais comprometido com a saúde pública do que o servidor concursado”.

Também presente, o deputado estadual Betão (PT) afirmou o seu



comprometimento com essa luta e anunciou audiência pública na Assembleia Legislativa sobre o tema. A vereadora Cida (PT), no mesmo sentido anunciou uma audiência pública na Câmara municipal. Novas manifestações estão marcadas, assim como uma campanha com abaixo assinado para envolver o conjunto da população.

Luã Cupolillo

Renda média: menor patamar em 10 anos

Inflação tem grande peso. Mas não é só ela. Os postos de trabalho com salários menores também explicam o cenário.

A desregulamentação provocada pela “reforma” trabalhista de Temer – agravada por medidas de Bolsonaro – além de desempregar (esses

não estão contabilizados, pois não têm renda), achata os salários.

A pandemia agravou a situação, mas ela já se desenhava: a renda média alcançou o menor patamar em quase uma década.

É o que aponta a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua). No trimestre até outubro, a renda média real, habitualmente recebida pelos trabalhadores ocupados, foi estimada em R\$ 2.449 por mês.

É o valor mais baixo de todos os trimestres da série histórica do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística), iniciada em 2012.

Na comparação com o trimestre anterior, finalizado em julho de 2021, a queda no rendimento do trabalhador foi de 4,6%. Em relação ao mesmo intervalo de 2020 (agosto a outubro), a retração foi ainda maior: 11,1%.

Um país à deriva frente à pandemia

Falta de testes, apagão de dados e exaustão dos profissionais de saúde

O mundo foi desafiado pela nova variante do Sars-Cov-2, a Ômicron. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), 7 milhões de casos foram registrados na Europa na primeira semana de 2022, e estima-se que nesse ritmo, 50% da população será infectada nas próximas seis a oito semanas pela Ômicron.

De acordo com a Our World in Data, o planeta registrou uma média móvel de 2,7 milhões de casos da doença desde final de dezembro, que tinha uma média em torno de 700 mil casos novos. Nos países e regiões com taxas de vacinação baixa, o impacto causado pela Ômicron será mortal.

Enquanto Bolsonaro e seu ministro da Saúde, Marcelo Quiroga, conhecido entre os profissionais da saúde como Pazuello de jaleco, ignoram e jogam a favor da pandemia, uma explosão de casos da Covid-19 com o avanço da nova variante, ameaça o controle da pandemia no Brasil. A pressão sobre o sistema de saúde já é uma realidade em sete estados (CE, GO, PE, ES, AM, TO e MT) que atingiram uma taxa de ocupação de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) acima de 70%.

No Brasil, atingimos a marca de 621.578 mortes (317 entre 17 e 18/1) e 132.254 casos novos de infecções, chegando à marca de 23.215.551 casos, ocupando o terceiro lugar no número de mortes no mundo. O país tem uma taxa de letalidade de 2,7%, uma taxa de mortalidade de 295,1 e de incidência de 10.734,7.

Com o agravamento da fome, miséria e desemprego do país, a



Campo Grande - MS, filas de espera em Unidade Básica de Saúde

pandemia encontrou terreno fértil para sua propagação, ceifando tantas vidas, principalmente os pobres e pretos da periferia e vitimando milhares de profissionais da saúde que estão na linha de frente do combate à Covid-19

A última invenção da dupla do Planalto foi submeter a liberação da vacina para crianças de 5 a 11 anos a uma consulta pública, fato inédito na história do Plano Nacional de Vacinação. E só depois de 40 dias da aprovação pela Anvisa é que a vacina começa a chegar no braço das 29,5 milhões de pessoas nessa faixa etária. Os mesmos que ignoram a eficiência e segurança da vacina para as crianças, aprovada pela Agência dos EUA (FDA), não titubearam em diminuir para cinco dias a quarentena e afastamento do trabalho por pressão econômica.

Apagão de dados e falta de testes

Enquanto Bolsonaro e seus ministros agem, o povo sofre e as unidades de saúde estão abarrotadas de doentes. Os profissionais de saúde são obrigados a se desdobrarem pois as unidades têm carência de trabalhadores e faltam insumos e estrutura para o atendimento médico. Indignados os trabalhadores da saúde veem as prefeituras transformarem as Unidades Básicas de Saúde em unidades de pronto atendimento, como vem ocorrendo na cidade de São Paulo.

Sem vacina e testes para todos, somado ao apagão de dados há mais de um mês, o país não sabe exatamente o tamanho da crise sanitária.

Pesquisa da Folha de S. Paulo, mostra que entre os brasileiros com 16 anos ou mais (167,8 milhões de pessoas), 26% (43 milhões) tiveram

gripe nos últimos 30 dias e somente 6% dizem que foram testados para a Covid-19.

A testagem, fundamental no combate à pandemia de todos que procuram o serviço médico bem como o afastamento e isolamento, tem o objetivo de “quebrar” a cadeia de transmissão e assim diminuir a transmissibilidade. Isto não está sendo feito, por falta de teste rápido de antígeno e o teste molecular (RT-PCR) demora em torno de sete dias.

O Brasil, de acordo com a Our World in Data, é o país que fez menos testagem na América do Sul, com 0,23 testes por mil pessoas. A Argentina, por exemplo, superou os 2 testes por mil pessoas.

Nesta situação o Ministério da Saúde cancelou a compra de 14 milhões de testes. Assim o vírus continua circulando, contaminando e possibilitando o surgimento de novas variantes. Enquanto o povo doente espera na fila até quatro horas por um atendimento, os profissionais de saúde trabalham de maneira exaustiva e adoecem. E avança o desmonte do SUS público e estatal com a política de entrega de unidades às Organizações Sociais.

É contra as precárias condições de trabalho e o desmonte do serviço de Saúde e pela melhoria no atendimento, que os Médicos da Atenção Básica da Saúde, das 468 UBSs da cidade de São Paulo, estão mobilizados. Também em Juiz de Fora (MG) se desenvolve uma mobilização contra a entrega do hospital regional à uma Organização Social (ver pág. 7).

Oswaldo Martinez D'Andrade

Mais um ataque à educação

De novo, governo não quer cumprir o Piso Nacional do Magistério

O governo Bolsonaro não dá trégua. Como em 2021 o governo viola a lei do Piso nacional e prevê reajuste zero. Com crise ou sem crise, perdendo apoio como indicam as pesquisas, comprando apoio no Congresso, ele segue na ofensiva contra a nação e o povo.

A lei do Piso Nacional foi uma importante conquista dos professores, depois de uma longa luta com várias caravanas à Brasília, durante o governo Lula (Lei 11.738 de 2008).

Já em 2021 o governo Bolsonaro havia zerado o reajuste do magistério. Agora em 2022, o governo volta à carga contra os professores. No último dia 14 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou “nota de esclarecimento” onde afirma que

o governo federal se posicionou extra oficialmente pela revogação parcial da Lei 11.738, que regulamenta o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica, especialmente em relação ao artigo que define o critério de atualização anual do piso. Pela interpretação do MEC, o reajuste será novamente nulo (0%) em 2022, tal como ocorreu em 2021.

Segundo a lei de 2008, o reajuste do piso deve acontecer e anualmente e se baseia no valor custo-aluno, que neste ano foi de 33,23%.

O reajuste esperado é de 33,23% ao piso do magistério, em todos os entes da federação. A atualização do piso é atrelada ao percentual de crescimento do valor anual mínimo por

aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Em nota, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE-CUT) afirma que “mantém o entendimento de plena vigência da Lei 11.738 e lutará pela aplicação do reajuste de 33,23% ao piso do magistério, em todos os entes da federação, seguindo a determinação da ADI 4848 [Ação Direta de Inconstitucionalidade], do STF [Supremo Tribunal Federal]. É mais que sabido que uma lei votada, sancionada e vigente não pode ser revogada ou alterada pela administração pública.” A CNTE

afirma ainda que lutará para manter o direito garantido em lei e que o governo tenta atropelar. “Diante de mais esta tentativa de golpe contra a lei do piso do magistério, a CNTE tomará as medidas pertinentes para reverter a orientação inconsistente e ilegal do MEC e para cobrar a aplicação imediata do reajuste do piso das professoras e dos professores em todos os estados e municípios do país.”

Deputados do PT na Câmara Federal denunciam a manobra do governo e manifestam apoio à luta dos professores para reverter a medida.

Da redação com informações do site da CUT

Chile: depois da vitória de Boric

Novo governo e Constituinte estão chamados a atender as demandas populares

O resultado das eleições presidenciais de 19 de dezembro de 2021 reafirmou a situação aberta no país com a revolta que eclodiu em outubro de 2019. O arrefecimento das mobilizações com a pandemia não significou um recuo da decisão das massas populares de construir um país onde seus direitos estejam inscritos.

Sentimento que foi confirmado nas urnas no segundo turno. Os 55,87% dos votos em Gabriel Boric (Frente Ampla em coligação com o Partido Comunista), derrotando o candidato pinochetista Kast (que obteve 44% dos votos) é um claro sinal do anseio de mudança.

O povo chileno foi submetido nos últimos 30 anos, desde o fim da ditadura Pinochet, a uma política que foi tomada como modelo para o capital financeiro. Modelo para o imperialismo, sofrimento para o povo que não tem direito à saúde e educação, à aposentadoria digna, à moradia. A isso os chilenos disseram um basta em outubro de 2019 e o reafirmaram nas urnas em dezembro de 2021.

Novo governo, nova Constituição

Neste início de ano há intensa

atividade política. Como relatam nossos correspondentes, de um lado os representantes do capital financeiro buscam incidir nos rumos do governo, de outro a esperança ativa dos que crêem que ele tenha vindo para mudar os rumos do país.

Em 11 de março Boric toma posse e é o mês que a Convenção Constitucional começa a redigir a nova Carta amplamente exigida pelo povo, uma das conquistas das mobilizações de 2019, para enterar a herdada de Pinochet.

São fortes as pressões dos setores que se beneficiaram do “modelo chileno” para que nem o novo governo, nem a Convenção Constitucional promovam as mudanças exigidas. Declarações de setores da direita buscam marcar terreno no futuro governo, com recomendações para nomeação de cargos chaves e “aconselhando” manter-se longe dos comunistas, na verdade são pressões para que o novo governo rompa com os anseios que o elegeram.

Entretanto, ao eleger Boric a maioria o fez como um claro sinal que mantém suas demandas e que quer prosseguir sua luta. Mesmo antes da



Banca da campanha “No+AFP” para pedir apoio ao projeto de Previdência Pública, dirigido à Convenção Constitucional

posse do novo presidente, o Palácio do Governo, La Moneda, tem sido palco de manifestações de esperança em mudanças reais que mandaram Boric a fazer. Já o governo Piñera deixa o La Moneda derrotado (seu candidato amargou um quinto lugar no primeiro turno com 8% dos votos), como também a política da Concertación do Partido Demócrata Cristiano e Partido Socialista (cujas candidatas obteve 9%).

Organizando a luta

Uma das exigências que mais tem

movilizado os trabalhadores é o fim das Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), previdência privada instalada por Pinochet, e sua substituição por uma Previdência Pública e Solidária.

A campanha “No+AFP” já mobilizou centenas de milhares em várias cidades do país. Agora que os constituintes começarão a redigir a nova Carta, nossos correspondentes no Chile informam: “neste processo há a possibilidade de apresentar projetos de Iniciativas Populares de Norma (IPN), cuja regra é ter apoio de 15 mil assinaturas em quatro regiões do país. A direita, com os meios materiais que dispõe para ter as assinaturas deve apresentar cerca de 10. Por sua parte, os movimentos sociais recorrem aos “cabildos” (assembleias locais) e às ruas para completar a meta. A Coordenação da campanha No+AFP conseguiu, nesta semana, ultrapassar a meta para apresentar a IPN pelo fim das AFPs”.

O que farão o novo governo e os deputados constituintes é a luta de classes que definirá.

Misa Boito

Que ventos são esses que sopram da Espanha?

A realidade do “consenso tripartite” sobre a reforma trabalhista

Virou moda falar em “ventos da Espanha”. Após a nota de centrais brasileiras usar o termo (ver pág. 6), o artigo de Tereza Campello, Miguel Rosseto e André Calixtre no site do PT (19/1) o retoma (“Mundo do trabalho e as reformas civilizatórias: os ventos da Espanha”).

Revogar todos os pontos da reforma de Temer que atacam direitos trabalhistas é uma questão central no Brasil, ainda mais num ano eleitoral. Mas é preciso saber o que ocorreu na Espanha, até para ver a direção do vento. Abaixo artigo de nosso correspondente em Madri.

Ecoss do acordo sobre a reforma trabalhista

Assistimos uma intensa campanha por parte do governo e partidos de sua base, dos dirigentes de UGT e CCOO, da grande imprensa, da FAES e até da Conferência Episcopal, para passar o acordo sobre a reforma trabalhista no parlamento. ¹



Em toda a Espanha há manifestações em defesa das aposentadorias

O “ABC”, jornal monarquista, em editorial de 5/1, disse que “a atual contrarreforma que propõe o governo não apenas não revoga a anterior, mas mantém 80% da regulação do PP (...) proteger a reforma de 2012 e sua capacidade para criar empregos passa por admitir que a nova normativa também será útil”. Para concluir que: “O que não deve fazer Sánchez é renunciar ao pactuado com os sindicatos e a CEOE para satisfazer ao ERC, PNV e Bildu” ².

O acordo tripartite, ainda que

recupere a ultratividade das convenções coletivas e a prevalência de acordos setoriais sobre os de empresa (só para salários), mantém os pilares das reformas de Zapatero (PSOE) de 2010 e de Rajoy (PP) de 2012. Sindicatos de todo o Estado Espanhol o rechaçaram, dentre eles as centrais básicas, galegas, as intersindicais Canária, Valenciana e da Catalunha, pois a precarização continuará dando o

tom nas relações de trabalho.

A tramitação no parlamento

Sabendo que o acordo é limitado, seus defensores temem emendas na sua tramitação. O líder do grupo parlamentar Unidas/Podemos, Jaume Asens, advertiu: “Este acordo pode ser melhorado com emendas, mas alertamos para o risco de romper o acordo com a CEOE”. Uma patronal que achou insuficiente a reforma de Zapatero e deu apoio entusiasta à de Rajoy!

O que dá a dimensão da política

do governo Sánchez, da mesma forma que a brutal repressão contra os metalúrgicos de Cádiz durante e depois de sua greve, a qual abriu a via para a exigência geral que hoje existe de aumento de salários e aposentadorias.

Assim, caiu por terra a pretensão do governo de “escutar os trabalhadores” e também a de usar o espantoso do Vox e do PP, pois essa extrema direita hoje agita o fato de que o PSOE e Podemos não honraram o seu compromisso eleitoral de revogar a reforma trabalhista.

Notas

¹ Governo Pedro Sánchez (PSOE, Podemos) constituído após as eleições de 2019; UGT, União Geral dos Trabalhadores; CCOO, Comisiones Obreras; FAES, fundação de José Maria Aznar, ex-chefe de governo do Partido Popular (PP) de 1996 a 2004.

² CEOE. Confederação Espanhola de Organizações Empresariais; ERC, Esquerda Republicana Catalã; PNV, Partido Nacionalista Basco; Bildu (Reunir), coalizão eleitoral basca.

Israel reforça dispositivos de repressão aos palestinos

Reportagem enviada por correspondentes do CILI na Palestina

Publicada originalmente no jornal "Informações Operárias" do POI francês, a reportagem que reproduzimos abaixo foi enviada por correspondentes palestinos do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI).

A polícia e os serviços de segurança israelenses acreditam que as manifestações, que surgiram em cidades e vilas árabes, bem como em cidades 'mistas' nos territórios de 1948 (termo usado pelos palestinos para designar o Estado sionista) em maio de 2021, em oposição à guerra na Faixa de Gaza e aos ataques aos árabes em Jerusalém, podem ser retomadas a qualquer momento. Essas manifestações foram apoiadas, à época, inclusive por centenas de militantes judeus-israelenses.

Avaliando que, a qualquer momento, tudo pode voltar a acontecer, o parlamento (Knesset) votou, em 27 de dezembro, um plano preventivo para reprimir manifestações. Deputados árabes do movimento islâmico votaram a favor desse plano, denominado Shabtai (nome do inspetor geral da polícia israelense), o que só aumentou a raiva na população palestina do interior.

Os órgãos de segurança de Israel apontam que as principais áreas críticas são as cidades "mistas", como Haifa, Acre, Jaffa, Lod e Ramallah, onde há uma população palestina minoritária, mas significativa. O plano prevê: aumentar a quantidade de guardas nos muros que separam parcelas de territórios controlados

pelos palestinos; formar novos batalhões de reserva que possam agir como brigadas táticas de intervenção rápida dentro dos territórios de 1948 para reabrir estradas bloqueadas por manifestantes; recrutamento de 350 guardas de fronteira adicionais. Tudo para "segurar" a situação interna nas cidades mistas onde vivem juntos judeus e árabes.

A posição da juventude palestina

Entrevistamos três shebabs (jovens), mulheres, em três regiões distintas do interior, sobre estas novas ameaças.

Aya Mahasen Abd Elhadi, de Nazaré: "Não é surpreendente que Israel organize novos instrumentos de opressão e assassinato contra o nosso povo, seja nas áreas de 1948, na Cisjordânia ou em Gaza. Israel sabe muito bem que está enfrentando uma nova geração de palestinos. É a geração mais jovem que não conhece o medo, que está pronta para enfrentar e lutar pela liberdade. Eles não vão nos intimidar e não vamos recuar. A resistência e a luta vão continuar geração após geração até a liberdade e a libertação".

Suhair Badarneh, de Haifa; militante pelos direitos dos prisioneiros palestinos e das mulheres: "A Intifada (rebelião) de maio passado acendeu o alerta vermelho para as autoridades israelenses. Palestinos do interior fecharam todas as principais vias do país. Protestos e greves paralisaram a economia. A polícia israelense ficou atordoada e

nem entrou em dezenas de aldeias árabes por medo de enfrentar a determinação de nosso povo. Sobre esse novo plano, acho que os palestinos romperam a barreira do medo. No passado era a fase de autodefesa, hoje estamos na fase de desafio e contra-ataque. O tempo do medo de Israel acabou. Podem preparar planos de opressão e morte todos os dias, mas não vão quebrar a nossa vontade. Continuaremos a luta até a liberdade e a eliminação do regime de apartheid".

Hanane Khatib, advogada, da aldeia Shaab, em Acre: "Considero, tendo em vista minha experiência na defesa dos detidos da Intifada em maio passado, que essa geração de jovens não conhece o medo, tem moral elevada, não tem medo de ser presa. Eles não têm medo de espancamentos ou tortura. É uma geração que tem muita vontade e patriotismo, uma geração que quer liberdade, uma geração de jovens inabaláveis nos inquéritos da polícia israelense e do Shabak. Eles não confessam as acusações contra eles e desafiam a tortura psicológica e física durante o período de detenção. O plano de segurança aprovado pelo Knesset será derrotado diante da vontade da juventude palestina.



Jovem de 12 anos presa pela polícia israelense

tam a força e a unidade do povo. Em 1976, no Dia da Terra, o governo israelense mandou as forças armadas para reprimir os manifestantes árabes nas aldeias da Galileia, o que deu origem à primeira Intifada pelos palestinos nos territórios de 1948, para defender sua presença em suas terras e também a sua identidade palestina. Diante da repressão, todas as pessoas nas aldeias saíram e expulsaram o exército israelense com pedras e coquetéis molotov, e essa cena se repetirá na próxima vez, se eles implementarem esse plano e fizerem entrar o exército nas aldeias e cidades árabes da região de 1948. Acredito que todos os tanques, todas as armas avançadas nunca serão capazes de superar a vontade do povo que anseia por liberdade, independência, libertação da ocupação, da opressão e da escravidão".

Equador, liberdade para Jorge Glas

Vítima de "lawfare", ex-vice-presidente está preso há quatro anos

O Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI) atendeu ao apelo do "Comitê 2 de Outubro - Verdade, Justiça, Solidariedade", do Equador, para se associar à campanha em solidariedade a Jorge Glas, injustamente encarcerado desde 2017.

Jorge Glas foi vice-presidente no governo de Rafael Correa (2013-2017) e, em seguida, do seu sucessor, Lenin Moreno que o traiu. Glas é vítima de "lawfare" (uso da lei e do aparato judicial para perseguir adversários políticos). É a mesma ofensiva que atingiu o Brasil na chamada lava-jato, operação teleguiada pelo



Jorge Glas

Departamento de Justiça dos EUA para perseguir o PT e Lula.

Acusado de beneficiar a empresa brasileira Odebrecht, Glas foi condenado sem provas, após delações encomendadas sob medida, com a cumplicidade dos grandes meios de comunicação e graves manipulações por parte de juízes e procuradores.

No cumprimento da pena, ele foi transferido para uma prisão de segurança máxima longe da família, com quadro de saúde agravado, o que levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA a declarar que ele "se encontra em situação de

gravidade e urgência, seus direitos à vida e à integridade pessoal correm perigo".

As moções devem ser enviadas para:

Secretária de Direitos Humanos do Equador

BERNARDA ORDOÑEZ MOSCOSO
bernarda.ordonezmoscoso@derechoshumanos.gob.ec

Juiz

LUIS SANTIAGO VALLEJO SALAZAR
Corte Provincial de Justicia de Cotopaxi
luis.vallejos@funcionjudicial.gob.ec

Enviar com cópia para:

julioturra@cut.org.br

PELA LIBERTAÇÃO DE IGOR KUZNETSOV

A chamado do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AIT), uma série de organizações e dirigentes políticos e sindicais tomaram posição pela libertação do jornalista e ativista russo Igor Kuznetsov enviando mensagens às embaixadas da Federação Russa em seus respectivos países. São eles: Venezuela, Guadalupe, Brasil, Equador, Argélia, Burkina Faso, Togo, Alemanha, Áustria, Espanha, Portugal, França, Sérvia, Suíça e Ucrânia.

Ver maiores informações em otrabalho.org.br

Eleições presidenciais na França

POI apoia Mélenchon cuja campanha se baseia nas mobilizações em curso

Em 16 de janeiro, um comício do candidato presidencial Jean-Luc Mélenchon, da França Insubmissa (LFI), na cidade de Nantes reuniu 5 mil pessoas num pavilhão lotado. Ali, Mélenchon reafirmou os eixos de sua candidatura, que apresenta como sendo de “ruptura com o sistema”, o regime da 5ª República francesa.

Três dias antes, ele estava na manifestação dos grevistas da educação “como um peixe na água”, como comentaram os que fizeram esse amplo movimento contra o governo Macron. “É a primeira demonstração de força em massa do meio educacional há algum tempo”, afirmou Mélenchon. Entraram em greve 75% dos funcionários das escolas de ensino fundamental e 60% das de ensino médio, com milhares de estabelecimentos fechados.

Uma campanha militante se desenvolve em torno de Mélenchon, na qual participam os militantes do Partido Operário Independente (POI),



16 de janeiro, Mélenchon discursa em atividade de campanha

agrupando trabalhadores e muitos jovens que se mobilizaram nos últimos anos, inclusive os Coletes Amarelos. Na eleição passada (2017), Mélenchon teve 7 milhões de votos, muito à frente dos 2 milhões do candidato do Partido Socialista (PS).

Entre os pontos do programa de Mélenchon, estão o fim da 5ª República e a convocação de uma Assembleia Constituinte; o retorno à aposentadoria aos 60 anos, com 40 anos de contribuição (o governo Sarkozy elevou para 62 anos; o governo do PS aumentou para 43 anuidades); aumento do salário mínimo; revogação das contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e da saúde dos últimos governos.

Carta aos abstencionistas

As últimas eleições francesas registraram altas taxas de abstenção, manifestando a recusa a todos os que sustentaram, ao longo de décadas, as instituições da 5ª República. No 2º turno da eleição presidencial anterior, 34% dos eleitores se abstiveram ou votaram branco e nulo. No 2º turno das eleições regionais de 2021, a abstenção, nulos e brancos atingiu 68%.

Essa recusa atinge tanto os partidos de direita quanto o PS, que governou a França e aplicou medidas antiope-rárias. No governo de François Hollande (2012-2017), por exemplo, foi aprovada a lei El Khomri, que

destruiu o Código do Trabalho, e a reforma das aposentadorias.

O POI, por isso mesmo, difunde uma “Carta aos abstencionistas”, na qual afirma: “Como em 2017, a candidatura de Mélenchon é sentida como portadora de uma disposição de rejeição e de ruptura. Novamente, como em 2017, e posteriormente em todas as lutas travadas em comum, não nos absteremos e procuraremos nos agrupar. Nós votaremos Mélenchon” (leia a íntegra em otrabalho.org.br). O POI difunde amplamente a carta, que já foi assinada por mais de 2 mil militantes.

Cláudio Soares

CANDIDATURA ÚNICA DE ESQUERDA?

Setores ligados ao PS e a outros partidos da esquerda institucional defendem, a três meses da eleição, primárias para a escolha de “um candidato único de esquerda”. Mélenchon recusou a proposta, dizendo: “Antes, quando se dizia que ‘a união é necessária’, era a ‘união para recuperar a aposentadoria aos 60 anos’, pois todos estavam de acordo com isso. Agora, busca-se a união, mas com a condição de que não entre a questão da aposentadoria aos 60 anos, porque os socialistas não querem”. Em outra entrevista, disse: “Estou em campanha, tenho muitas coisas a fazer. (...) Total respeito por todo mundo, mas briguem entre vocês e me deixem em paz”.

Ken Loach: guerra de classes no Labour Party

O cineasta britânico fala sobre a situação no Partido Trabalhista

Em entrevista à rede alternativa DDDN, Ken Loach expõe de forma lúcida o que se passa no Partido Trabalhista britânico (Labour Party), num momento agudo de crise do governo conservador de Bóris Johnson. Abaixo trechos.

“A democracia morreu no Labour Party (LP). Starmer (seu atual líder) foi transformado em Stálin para controlar a máquina partidária, atropelando princípios e regras legais para expulsar adversários. Da mesma forma que quando Trotsky foi removido das fotografias, Jeremy Corbyn é extirpado da política trabalhista. Mais de 150 mil filiados deixaram o LP por isso. A mídia faz campanha para que a esquerda seja expulsa pela direita partidária, a qual representa

os interesses da classe dominante. Essa direita do LP é o principal obstáculo a mudanças no país. Maior ainda que os Tories (partido conservador), pois nos impede de enfrentar o verdadeiro inimigo.

Há uma guerra de classes dentro do LP. Quando Corbyn tornou-se líder, um programa ligado aos interesses da classe trabalhadora foi proposto: investimento público, coletivização de propriedades, direitos sindicais, fim e reversão da privatização em serviços públicos, particularmente no NHS (Sistema Público de Saúde).

O sistema julgou isso inaceitável, pois precisa de um LP que, quando for necessário, mude a cara do governo preservando os interesses da classe dominante. Em breve expirará a utilidade de Johnson, pois é um

bufão que não está à altura do cargo.

O povo vai exigir mudança e será preciso um novo rosto.

Mudar a cara do governo para não mudar nada

“Assim, é essencial que o LP não desafie esses interesses. Corbyn representaria tal desafio; por isso os ataques impiedosos que sofre da mídia.

Starmer quer um partido sem ativistas militantes para mostrar às classes dominantes que não vai mudar nada...

O ódio e a insatisfação vêm se acumulando nas regiões pobres do país e podem se transformar em apatia, cinismo, alienação. Há um grande vácuo político. E sabemos pela história: se a esquerda não articula as

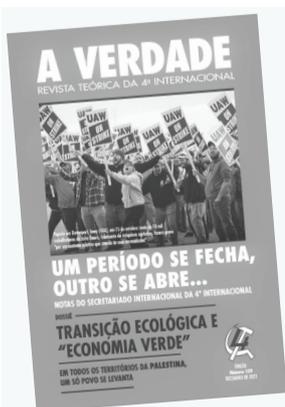
questões que afligem essas pessoas, a direita o fará. Estamos vendo elementos disso: bairros e regiões operárias tradicionais de eleitores do LP votaram nos conservadores nas últimas eleições.

Lançar de imediato um novo partido seria suicídio. Precisamos de um movimento de toda a esquerda, dentro e fora do LP.

Seus parlamentares socialistas que sobraram devem se preparar para o confronto. Um movimento que se prepare para estar pronto a se tornar um partido quando for a hora certa.

Os sindicatos têm um papel chave para unificar a esquerda e representar os interesses independentes da classe trabalhadora.

É um momento crítico e não podemos perder esta oportunidade.



A Verdade 109, dossiê sobre transição energética

A Verdade, revista teórica da 4ª Internacional, na sua edição 109 traz um conjunto de artigos que formam o dossiê “Bens comuns, transição ecológica e energética e ‘economia verde’”.

Trata-se de uma contribuição importante, diante das

manobras que fazem os representantes políticos e governos a serviço do capitalismo em crise, que buscam impor um consenso. Inclusive às organizações que reivindicam defender os interesses dos trabalhadores, em torno da

chamada “transição energética”, utilizada para dar lugar a uma reestruturação da produção em escala mundial – com a destruição de milhões de empregos – que preserve, e até aumente, os lucros das grandes corporações. Isso, quando

é o sistema capitalista, em sua etapa imperialista, o verdadeiro responsável pela destruição de forças produtivas e pela crise climática que afeta o planeta.

Adquira seu exemplar junto aos militantes da Corrente O Trabalho

Tirem as mãos de Elie Domota!

Em Guadalupe nova greve geral em 20 de janeiro

Há seis meses (julho 2021) iniciou-se uma mobilização em Guadalupe contra medidas do governo colonial francês para impor um passe vacinal obrigatório, associado a ataques a direitos trabalhistas e de organização e expressão.



O que revela o caso Domota

Em 30 de dezembro, Elie Domota, ex-secretário geral da UGTG e porta-voz do LKP, em meio a uma manifestação em Pointe-à-Pitre, foi agredido e levado por policiais, sendo liberado horas depois por pres-

são da multidão que deslocou-se à delegacia onde estava detido. Mas contra ele pesa um processo judicial por "violências voluntárias contra autoridades públicas e recusa em submeter-se a taxa obrigatória", com julgamento marcado para 7 de abril.

Em 31 de dezembro, o Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), através de seus coordenadores Luísa Hanoune (PT da Argélia) e Dominique Canut (POI francês), lançou um chamado pelo "Fim imediato das perseguições judiciais a Elie Domota", que obteve um eco importante (ver Box abaixo).

Como explica Maité M'Toumo, dirigente da UGTG: "O problema é mais profundo que o passe vacinal e a repressão aos piquetes de greve. Trata-se do dismantelamento de todos os nossos direitos. Eles querem suprimir a contestação social e as organizações sindicais. Para nós, o 20 de janeiro abre uma nova etapa". Registre-se que há um grupo local, herdeiro dos antigos escravagistas, que pede a dissolução da UGTG ao governo francês.

Dirigentes do LKP avaliam que é a própria questão colonial, ou seja a da independência de Guadalupe,

que, diante da experiência das massas com o desprezo e arrogância das autoridades francesas, reaparece e amadurece.

O povo de Guadalupe está

mobilizado em legítima defesa e merece todo o apoio e solidariedade internacionalista.

Lauro Fagundes

DADOS SOBRE GUADALUPE

Guadalupe é uma colônia da França no Caribe, oficialmente departamento de ultramar, que fica a cerca de 1.000 km do litoral da Venezuela na América do Sul. **A sua capital** é Basse Terre, mas a principal cidade é Pointe-à-Pitre, sua área é um pouco mais de 1.600km² e tem como **ilhas principais** Basse Terre e Grande Terre



POPULAÇÃO

Cerca de 410 mil habitantes sendo **75% negros**, com menos de 10% de origem europeia



ECONOMIA

Produção de cana de açúcar, banana e turismo e **25%** da força de trabalho está **desempregada**



IDIOMA E CULTURA

O idioma oficial é o francês, mas o povo fala crioulo ("creole"), similar ao da Martinica, Guiana e Haiti, que é a base da cultura local de raízes africanas (escravos trazidos pelo colonialismo europeu desde o século 17)



SOLIDARIEDADE NO BRASIL E NO MUNDO



Em 20 de janeiro, uma delegação à Embaixada da França no DF protocolou mensagem da CUT, firmada por seu secretário de relações internacionais Antônio Lisboa e subscrita por parlamentares e entidades como a CNTE, Condsef, Sindsef-DF e outras, pelo "Fim das perseguições judiciais a Elie Domota e demais dirigentes".

Na França, além de centenas de organizações sindicais, o candidato presidencial Melénchon, o POI e entidades de defesa dos direitos tomaram posição. O mesmo por parte de entidades e dirigentes do Haiti, Martinica, Trinidad Tobago, Santa Lúcia, México, Venezuela, Peru, Espanha, Grécia, Portugal, Alemanha, Argélia, Níger, Burkina Faso, Togo e Líbano. A campanha continua.

Dirigir mensagens a:

- Prefeitura de Guadalupe: courrier@guadeloupe.pref.gouv.fr;
- Ministro do Interior: darmanin.gerald@interieur.gouv.fr;
- Ministro da Justiça, secretaria geral do Gabinete: veronique.malbec@justice.gouv.fr

CAMPANHA FINANCEIRA

Calendário de O Trabalho

Estamos no final de nossa Campanha Financeira e temos a satisfação de informar aos nossos leitores que cumprimos o objetivo de arrecadação que nos fixamos; é, portanto, o momento de agradecer a todos que contribuíram, ajudando a sustentar nosso combate.

Para quem ainda não sabe o tema do nosso já tradicional calendário - "1822 - 2022 a independência que ainda não houve" - no ano em que se completa 200 anos da Proclamação da Independência, além de bonito, é um documento útil para a reflexão necessária sobre independência e



soberania.

Você que ainda não adquiriu, ainda há tempo. Temos alguns exemplares disponíveis. Procure os militantes de nossa corrente e adquira o seu.

O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br